

Pedetista defende as alterações

O deputado Sérgio Gaudenzi (PDT-CE), vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento no ano passado, foi o único parlamentar a tentar fazer uma defesa das alterações feitas no texto após sua aprovação pelo plenário do Congresso Nacional. Ele disse que o relator do Orçamento tinha autorização da comissão para fazer as alterações, mas ressaltou que a autorização era limitada à troca de emendas de um mesmo parlamentar. Segundo Gaudenzi, essas alterações teriam que ser restritas e os relatores deveriam guardar todos os documentos para posterior averiguação.

— Pelo que eu me lembre da sessão da comissão, todos os destaques foram retirados e Fiúza poderia efetuar modificações, em casos de emendas de um mesmo parlamentar ou tirando de um para atender quem não tinha nenhuma emenda aprovada. Mas não poderia haver emendas para Eraldo Tinoco, por exemplo, que já tinha muitas emendas aprovadas — disse Gaudenzi.

Confrontado com a constatação de que a autorização da comissão se limitava a mudanças no projeto antes de sua votação pelo plenário do Congresso, Gaudenzi foi reticente:

— Quanto às alterações depois da votação final, vocês sabem como são os acordos aqui. Estão acima de tudo.

Até as 17 horas de ontem, nenhum parlamentar do PFL defendeu seus relatores na comissão. O líder do partido, Luiz Eduardo Magalhães (BA), não deu entrevistas. O deputado José Carlos Aleluia (BA), um dos que trabalharam no Prodasen, disse que não tinha lido a reportagem do GLOBO.

Ontem, os deputados Jacques Wagner (PT-BA) e Sandra Starling (PT-MG) apresentaram requerimento à Comissão de Orçamento para que Ricardo Fiúza e Ronaldo Aragão sejam convocados a prestar esclarecimentos, juntamente com o ex-diretor do Departamento de Orçamento da União José Carlos Santos e os deputados Eraldo Tinoco, Basílio Villani, e José Santana de Vasconcelos, que aparecem com maior número de emendas incluídas no setor do Ministério da Ação Social.

— Não se pode aprovar um texto final como um teatrinho e depois deixar que um grupo de deputados fique no Prodasen mudando o que fizeram inicialmente: "Me arrependi, tira o dinheiro daqui e põe lá etc." — disse o deputado José Fortunatti (PT-RS).